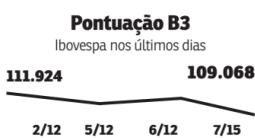




9 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 8 de dezembro de 2022



Na quarta-feira

R\$ 5,206
(- 1,21%)

Dólar

	Últimos
1/dezembro	5,197
2/dezembro	5,215
5/dezembro	5,283
6/dezembro	5,270

Salário mínimo

R\$ 1.212

Euro
Comercial, venda
na quarta-feira

R\$ 5,473

CDI
Ao ano

13,65%

CDB
Prefixado
30 dias (ao ano)

13,66%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Junho/2022	0,67
Julho/2022	-0,68
Agosto/2022	-0,36
Setembro/2022	-0,29
Outubro/2022	0,59

CONJUNTURA

BC mantém juros e aponta risco fiscal

Copom segura a Selic em 13,75% ao ano, mas afirma que pode voltar a elevar a taxa se a inflação não cair como esperado

» RAFAELA GONÇALVES

Na última reunião do ano, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decidiu manter a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano. Foi a terceira vez consecutiva que os juros seguiram nesse patamar. O ciclo de aperto monetário, iniciado em março de 2021, com a taxa no piso histórico de 2% ao ano, foi encerrado na reunião de agosto.

A decisão veio em linha com os sinais de desaceleração da inflação, mas a autoridade monetária deixou claro que está preocupada com o crescimento dos gastos públicos e que está aberta a janela para novo aumento de juros, caso seja necessário. “A conjuntura, particularmente incerta no âmbito fiscal, requer serenidade na avaliação dos riscos”, afirmou o BC, em comunicado. “O Comitê se manterá vigilante, avaliando se a estratégia de manutenção do período suficientemente prolongado será capaz de assegurar a convergência da inflação.”

A manutenção dos juros era esperada pelo mercado. O último Boletim Focus mostrou que analistas elevaram a expectativa para o patamar dos juros no fim do próximo ano, antecipando uma redução menor da taxa Selic ao longo de 2023. A previsão também é de aumento da dívida pública. A projeção dos analistas para a Selic subiu para 11,75% ao final do próximo ano, ante os 11,50% previstos em novembro. A estimativa para a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) também aumentou, de 5,02% para 5,08%.

Segundo o especialista em renda fixa da Blue3, Paulo Ricardo dos Santos, esse cenário já tem

Ed Alves/CB



Diretora colegiada do BC chamou a atenção para a “conjuntura, particularmente incerta no âmbito fiscal” com a PEC da Transição



O Comitê enfatiza que não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado”

Comunicado do Comitê de Política Monetária (Copom)

sido precificado, com a inflação ainda distante da meta, de 3,5%. “O mercado já esperava que a Selic terminasse o ano neste patamar, mas o Copom, com certeza, segue atento aos dados inflacionários. A inflação deve fechar 2022 em 5,22% e continuar alta ao longo do ano que vem”, destacou.

De acordo com Santos, esse patamar de juros deve se manter até meados de 2023. “Só na segunda metade do próximo ano devemos começar a enxergar uma queda dos juros, à medida que a inflação se aproximar da meta”, acrescentou.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, já sinalizou, mais de uma vez, que a autoridade monetária está preocupada com o risco fiscal no novo governo e com os efeitos da PEC da Transição, que deve elevar as despesas públicas em R\$ 168 bilhões. “O Comitê acompanhará com especial atenção os desenvolvimentos futuros da política fiscal e, em particular, seus efeitos nos preços de ativos e expectativas de inflação, com potenciais impactos sobre a dinâmica da

inflação prospectiva”, ressalta a nota do Copom.

Dada a incerteza sobre o tamanho do rombo fiscal com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de Transição, o especialista e sócio da Valor Investimentos Gabriel Meira avalia que os juros podem, sim, voltar a subir no próximo ano. “A decisão veio em linha com o que Campos Neto vinha dizendo, de que a gente não tem ainda uma definição do tamanho do rombo fiscal. Então a taxa pode voltar a subir no começo do ano que vem”, afirmou.

Gás da Petrobras mais barato

» RAPHAEL PATI*

A Petrobras anunciou ontem uma nova redução de preço do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), o gás de cozinha. A partir de hoje, o preço do produto para as distribuidoras passa de R\$ 3,58 para R\$ 3,23 por quilo — uma queda de 9,8%. Com isso, o valor do botijão de 13kg recua para R\$ 42,04, um corte de R\$ 4,55. É a quinta diminuição seguida no preço do gás desde março. Vale lembrar que o preço cobrado do consumidor é mais elevado, pois sofre acréscimo de custos de transporte e margens de distribuição e revenda.

Em nota, a estatal destacou que acompanha a evolução dos preços de referência internacionais. A decisão ocorreu um dia após a empresa anunciar reduções de R\$ 0,20 no preço do litro da gasolina e de R\$ 0,40, no diesel. Dessa forma, os novos preços em vigor desde ontem para as distribuidoras são de R\$ 3,28 para a gasolina e de R\$ 4,49 para o diesel. No entanto, a queda ainda não foi sentida nos postos do Distrito Federal. Pelo contrário, houve aumento dos preços em relação à última terça-feira.

No posto da BR Distribuidora na Universidade de Brasília (UnB), o preço da gasolina comum saltou de R\$ 4,99 para R\$ 5,39 de terça para quarta-feira. Em outro estabelecimento da mesma empresa, na entrada do Sudoeste, o litro do produto era vendido por R\$ 5,29.

O presidente do SindiCombustíveis-DF, Paulo Tavares, afirmou que a redução será repassada aos poucos para o consumidor. Segundo ele, os postos já repassaram, aproximadamente, metade do preço reduzido pela Petrobras. “Por que eles só repassaram metade? Porque as distribuidoras têm estoques antigos com preços mais altos. Há uma quantidade de produto muito grande estocada, que dura em torno de cinco dias. Então eles repassam à medida que o estoque vai baixando”, explicou.

Tavares lembrou que os postos têm liberdade para ficar os preços, atendendo, obviamente, às demandas do mercado e do consumidor. “Ontem, no Plano Piloto, vi preços de R\$ 4,69, R\$ 4,79, R\$ 4,78, R\$ 4,99 e R\$ 5,19. Eu estou vendendo a R\$ 5,29 para cobrir meus custos e ter um pouco de lucro. Mas o mercado é livre e cada um faz a loucura que quer”, disse. “Minhas vendas caíram para caramba, porque os caras estão com um preço predatório. Vender a preço de custo, pra mim, é preço predatório, não é guerra de preço, aí já se passou do limite”, completou.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

Governo libera R\$ 3,3 bi a ministérios

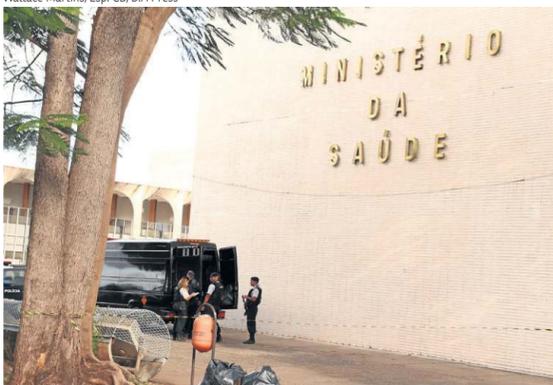
» TAINÁ ANDRADE

Portaria da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, publicada ontem em edição extra do *Diário Oficial*, determinou o remanejamento de R\$ 3,3 bilhões para atender aos órgãos que estão com dificuldade para manter a prestação de serviços aos contribuintes neste fim de ano. Caberá a cada pasta alocar internamente os recursos, conforme suas prioridades.

O Ministério da Saúde foi contemplado com o maior valor: R\$ 2,3 bilhões. O da Educação teve R\$ 300 milhões desbloqueados, mesmo montante destinado às pastas da Economia e da Cidadania.

“Esse remanejamento de despesas classificadas como ‘obrigatórias’ para outras classificadas como ‘discricionárias’ tem o objetivo de melhorar a eficiência alocativa em cada ministério”, destacou o Ministério da Economia, em nota. “As realocações ocorrem após a reavaliação da previsão de pagamentos e mediante

Wallace Martins/Esp. CB/DA Press



Pasta da Saúde terá a maior parcela dos recursos: R\$ 2,3 bilhões

justificativa técnica de que tais despesas obrigatórias não serão executadas financeiramente no exercício.”

No último dia 22, a área econômica anunciou um bloqueio adicional de R\$ 5,7 bilhões no Orçamento deste ano, que elevará para R\$ 15,4 bilhões os valores congelados em 2022 para

enquadrar as despesas na regra do teto de gastos.

O Ministério da Economia informou ainda que, “diante da execução orçamentária e financeira desafiadora neste fim de ano, segue acompanhando de perto as demandas dos diversos órgãos do Poder Executivo e trabalha para o atendimento

desses pleitos, sempre respeitando o arcabouço fiscal”.

O total liberado para o Ministério da Educação é menor do que os R\$ 400 milhões apontados pela equipe de transição como necessários para não interromper o funcionamento dos órgãos ligados à pasta. O Ministério do Trabalho e Previdência, onde o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) esteve sob ameaça de ter os serviços paralisados, recebeu R\$ 25 milhões.

Ajuda do TCU

O INSS teve, ainda, uma ajuda extra, ontem. O Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou o governo a abrir crédito extraordinário (além do teto) para cobrir despesas com aposentadorias, pensões e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Apesar dos constantes alertas feitos nos últimos dias — da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do MEC e do INSS — a Economia classificou o remanejamento de dinheiro como “uma medida regular de governança”.